

# Editorial n.º 59 – Educação, população e economia

Por: Heitor Carvalho

**Tabela/Gráfico 1 — Variação da população em idade activa**

	2022	2027	Dif.	Dif Ano
Estimativa da população total	33 086	38 340	5 254	1 051
Estimativa da população em idade activa	18 227	22 289	4 062	812

Fonte: INE.

Se as estimativas do INE estiverem correctas, a população em idade activa crescerá a um ritmo médio anual de 800 mil pessoas e a população total a um ritmo de 1 milhão de pessoas.

Ainda segundo o INE, o número de trabalhadores formais era, no final do 1.º Trimestre de 2022, de 2,184 milhões. Portanto, é necessário criar, durante a próxima legislatura, cerca de 4 milhões de empregos, ou seja, o dobro de todos os que foram criados desde sempre!

Como é evidente trata-se de uma tarefa impossível!

As consequências deste estado de coisas são sobejamente conhecidas:

- Todos os elementos da família se vêem obrigados a procurar emprego (actual taxa de actividade próxima de 90%),
- resultando no abandono escolar precoce
- e na entrega das crianças ao cuidado dos irmãos mais velhos,
- que cedo começam também a procurar formas de subsistência,
- desestruturando as famílias, a educação familiar e a aprendizagem nas escolas!
- perpetuando gerações de pessoas vivendo em condições de elevada miséria!

Este vazio de aprendizagem torna a nossa força de trabalho pouco conhecedora e pouco produtiva, dificultando a criação de negócios competitivos que possam criar mais postos de trabalho formais, caindo-se num ciclo vicioso que é necessário quebrar.

Não é fácil, mas é gravíssimo e urgente!

A acção deve, na nossa opinião, assentar sobre 3 eixos fundamentais:

- a melhoria do ambiente de negócios para que se possam criar mais postos de trabalho, reduzindo, simultaneamente o desemprego e a taxa de actividade;
- a definição urgente de uma política de população que reduza a taxa de natalidade, permitindo um melhor equilíbrio entre o crescimento económico e populacional;
- a prioridade à educação na acção do Estado.

É fundamental que se passe do formalismo para o alcance de resultados práticos de vulto no que diz respeito ao ambiente de negócios. Temos falado frequentemente das acções mais importantes que o Estado deve priorizar a este respeito. Infelizmente, o país tem feito poucos progressos a este nível e a criação de empregos foi negativa durante a pandemia, estando a sua recuperação a ser demasiado lenta. Mesmo quando, nos inquéritos, as relações laborais são identificadas como formais, muitas regras só são, na verdade, cumpridas por um número muito restrito de empresas: salário mínimo, férias, subsídios, etc. Por outro lado, a ausência de estruturas sociais de apoio à criança continua a exigir da família que alguém “trate” delas. Como resultado, nem se libertam parte dos adultos para as acompanhar, nem é possível entregá-las aos cuidados de estruturas sociais, recaindo a obrigação sobre os irmãos, a quem é dada a prioridade tratar dos mais novos, não de estudar e aprender.

Há que libertar as empresas de todo o conjunto de exigências e custos que as obrigam a manter-se numa semi-informalidade, penalizando os trabalhadores, que por sua vez, não encontram outra solução para as suas vidas senão a de prescindir de uma aprendizagem regular e exigente para os seus filhos.

Por isso reiteramos que o Estado se dedique com total prioridade a eliminar todos os entraves ao bom desempenho das empresas que mais uma vez, desenvolvemos no Relatório Económico do 1.º Trimestre de 2022, permitindo-lhe exigir delas o cumprimento do que é essencial para a redução da taxa de actividade.

Não existe uma taxa de natalidade adequada a todos os momentos da evolução social. Também não existe uma taxa de natalidade africana. Lembremo-nos que os líderes operários europeus, há cerca de 150 anos, identificavam os seus pares como proletários, literalmente, aqueles que tinham muitos filhos. O número máximo de filhos de cada família deve ser aquele que os pais conseguem alimentar, manter saudáveis e formar adequadamente. Como se traduz este limite moral para uma política social e de Estado é um assunto para os especialistas da área. O que os economistas devem insistir é na impossibilidade de crescimento económico adequado e de que este se possa converter num justo desenvolvimento económico se estes limites forem ultrapassados!

O valor económico sempre foi o reconhecimento social de um misto da escassez de recursos naturais, da quantidade de esforço e da qualidade do conhecimento. A preponderância foi passando da riqueza em recursos naturais para o esforço (trabalho e capital), centrando-se hoje na qualidade do conhecimento (a que alguns chamam capital humano).

O conhecimento é sempre uma grandeza relativa, isto é, pouco importa quanto se evolui, o que conta é quanto nos aproximamos ou afastamos do nível de conhecimento alcançado pelos nossos concorrentes. Joga a nosso favor o facto de ser mais fácil copiar do que desbravar o caminho, mas é urgente que o Estado comece a definir uma educação de qualidade como prioridade nacional!

A primeira coisa a fazer para se resolver qualquer problema é reconhecer o ponto de partida. Se não reconhecermos honestamente que estamos muito abaixo dos melhores padrões africanos de ensino, fixando um objectivo de médio prazo, desdobrado em metas anuais com instrumentos de medida claros, não estaremos a contribuir para melhorar a nossa capacidade de produzir valor.

De imediato deve aumentar-se o nível de exigência nas nossas escolas:

- retendo os alunos nos diferentes níveis quando não mostrem ter alcançado a aprendizagem exigida para a sua classe, o que exigirá políticas corajosas;
- aumentando a avaliação dos conhecimentos em provas nacionais, corrigidas fora da escola do aluno, para que se evite o actual ambiente de tolerância;
- divulgando os resultados das escolas e criando incentivos para as melhores escolas, os melhores professores e os melhores alunos!

O equilíbrio entre o ensino geral e especializado é mutável e deve depender da vida social. No nosso caso, com grande parte da população a iniciar a participação na força de trabalho aos 15 anos, é necessário deslocar este equilíbrio para o lado da especialização e aprendizagem técnica, logo após o 6.º Ano. Não serve de nada fingirmos que uma criança vai continuar os seus estudos aos 15 anos, quando estamos perfeitamente conscientes de que vai ingressar no mundo laboral. O mínimo que podemos fazer é garantir que vá devidamente preparada!

É essencial aprender a usar, compreender e dominar instrumentos em substituição de um ensino abstracto que permite apenas perceber os princípios. Grande parte do ensino deve ser orientado para o uso e domínio dos instrumentos físicos ou intelectuais que o aluno necessitará de usar na sua especialidade. Porém, como é evidente, esta mudança necessária exige uma especialização precoce que é preciso assumir.

Ter políticas de Estado não é fazer uma lista de tudo e mais alguma coisa, é escolher com coragem aquilo que se vai fazer e o que se tem de sacrificar. E exigir que se cumpra o que é essencial. Só assim se poderá progredir!

**Luanda, 30 de Agosto de 2022**